

PROJETO:
**REDUÇÃO DA INFORMALIDADE DE MICRO,
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR MEIO DO
DIÁLOGO SOCIAL**

RELATÓRIO DE BALANÇO – 2010 a 2012

Convênio ATN/ME – 11684-BR

Janeiro de 2013

Direção Sindical Executiva**Zenaide Honório - Presidente**

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Antônio de Sousa - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Edson Antônio dos Anjos - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

José Bittencourt Barreto Filho - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

José Carlos Souza - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Luis Carlos de Oliveira - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira - Diretora Executiva

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Neiva Maria Ribeiro Santos - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico e Coordenador de Pesquisas
Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Coordenação do Projeto

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Rosane Maia – Coordenadora Geral do Programa
Natali Machado Souza – Assistente de Coordenação

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Aurora, 957 – 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@dieese.org.br

Sítio: <http://www.dieese.org.br>

SHCN/CL 309, Bloco C, nº 54, sala 216, Asa Norte, Brasília/DF CEP 70755-530

Fone: 61 3033-3607 e 3033-3609

E-mail institucional: rosanemaia@dieese.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
OBJETIVO	5
HISTÓRICO	5
PARCERIAS	9
CONCEPÇÃO DO PROGRAMA DO DIEESE PARA REDUZIR A INFORMALIDADE	11
PILOTOS	16
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARA APRESENTAR E DIVULGAR O PROGRAMA DO DIEESE	22
MISSÃO AO CANADÁ: economia solidária	34
GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL – Portaria nº. 491/2011	36
REUNIÕES PREPARATÓRIAS DA EQUIPE TÉCNICA	39
PUBLICAÇÕES	42
DIVULGAÇÃO	43
QUADRO RESUMIDO	50
EQUIPE DO DIEESE	51

PROGRAMA DO DIEESE:

“REDUÇÃO DA INFORMALIDADE POR MEIO DO DIÁLOGO SOCIAL”

APRESENTAÇÃO

A informalidade é um dos principais obstáculos para o efetivo desenvolvimento do País. A falta de coordenação entre as múltiplas instâncias governamentais federais, estaduais e municipais propicia um ambiente para o baixo comprometimento com o enfrentamento do problema. As experiências recentes demonstram que a formulação das políticas públicas adequadas deve resultar da criação de espaços de diálogo social para o levantamento dos problemas dos atores sociais e das recomendações de soluções a serem negociadas e implantadas de forma coordenada.

Nesse contexto, o DIEESE elaborou o projeto **“Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”**, para trabalhadores assalariados sem carteira assinada; trabalhadores por conta própria; autônomos; cooperativas, pequenos empreendimentos; micro, pequena e média empresa etc., com o apoio do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

OBJETIVO

Promover ações coordenadas para formalizar a relação de trabalho, por meio do diálogo social e da articulação de um sistema de redes de organizações locais e nacionais.

O combate à informalidade consiste na extensão da proteção social (direitos trabalhistas e seguridade) para os trabalhadores e na regularização de empreendimentos, cooperativas e empresas.

HISTÓRICO

Foram selecionados, inicialmente, quatro Arranjos Produtivos Locais (APL) para implantar, em caráter piloto, o modelo de intervenção com base no diálogo social e articular redes locais: Confecção, no Agreste Pernambucano; Comércio, em Porto Alegre/RS; Construção Civil, em Curitiba/PR; e Setor Rural, inicialmente em Morrinhos/GO e depois em Ituporanga/SC¹. Em 2011 o

¹ Em agosto de 2010, foi incluído no projeto um novo piloto do setor rural, com o objetivo de se compreender os principais problemas relacionados à informalidade enfrentados pelos trabalhadores e empregadores da agricultura familiar nos municípios de Santa Catarina. O novo piloto foi iniciado em outubro, na cidade de Ituporanga/SC, com a finalidade específica de estudar a regularização e implantação do contrato por curta duração na agricultura familiar. A oficina de sensibilização e elaboração da matriz de demandas e primeiro plano de ação ocorreram em 14 de outubro do mesmo ano.

piloto rural foi novamente estendido, agora para a cadeia da cajucultura no Ceará.

Esses pilotos foram selecionados por apresentarem uma elevada incidência de informalidade, capacidade de mobilização social e de resolução de conflitos, além da existência de cooperação interinstitucional para, ademais, os resultados serem difundidos para todo o País.

Desde janeiro de 2010 estão sendo executadas atividades nos seguintes Pilotos selecionados:

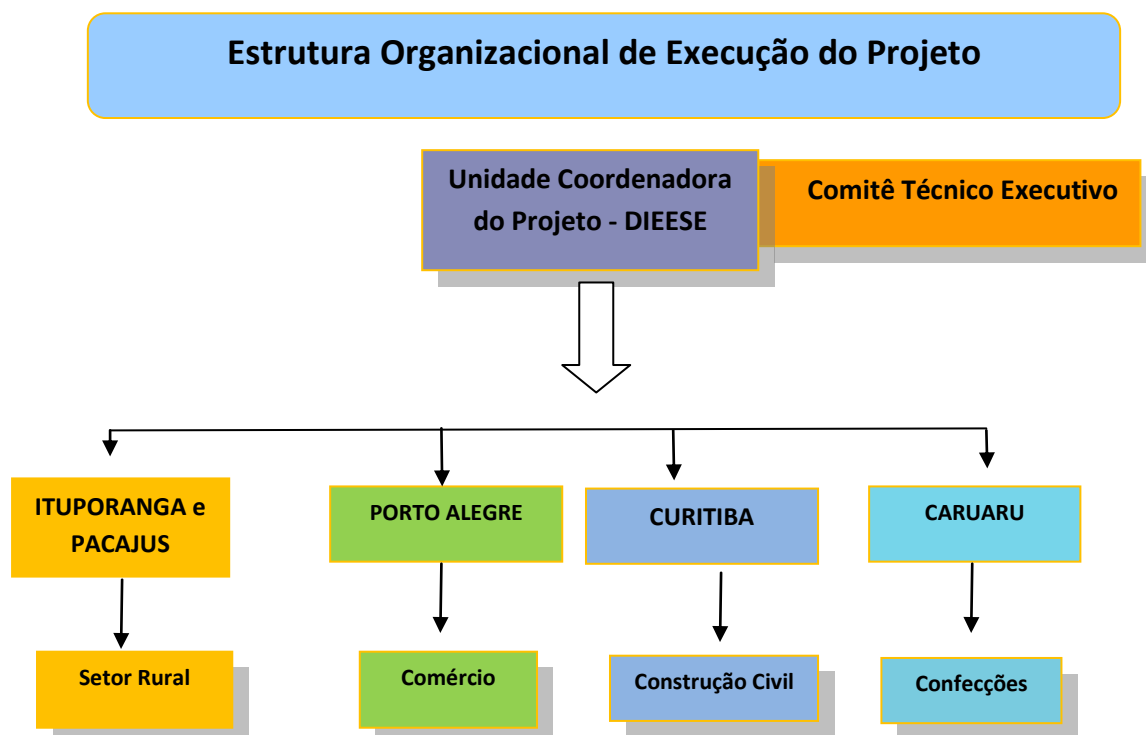
- Confecção, no Agreste de Pernambuco;
- Comércio em Porto Alegre/RS;
- Construção Civil em Curitiba/PR;
- Rural, na cultura da cebola em Ituporanga/SC e na Cajucultura/CE.

Para dar continuidade à difusão dessa metodologia e conhecer os problemas enfrentados em outros setores de atividade e localidades, sua execução a partir do final de 2012 até meados de 2014 será ampliada para os seguintes Pilotos:

- Serviços de alimentação – bares e restaurantes em Natal/RN;
- Cadeia da Construção em Salvador/BA;
- Assalariados Rurais em Uruguaiana/RS.

Para o desenvolvimento do Programa e da sua gestão coletiva foi criado o **Comitê Técnico Executivo**. Suas responsabilidades são: definir diretrizes; delimitar o escopo de atuação; avaliar os impactos; acompanhar a execução geral e fomentar a participação e colaboração das instituições envolvidas.

O Comitê é coordenado pelo DIEESE e composto pelas seguintes organizações: Centrais Sindicais (CTB, CGTB, CUT, Força Sindical e UGT); Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); Bando Interamericano de Desenvolvimento (BID); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Ministério da Previdência Social (MPS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundação Banco do Brasil (FBB), SEBRAE e Unisol-Brasil.



Em decorrência, a **Rede Nacional** foi constituída com Instituições financiadoras (com recursos financeiros e econômicos) e demais participantes:

- ANFIP
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Centrais Sindicais (CTB; CGTB; CUT; Força Sindical)
- NCST
- UGT
- CONTAG
- Fundação Banco do Brasil
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- Ministério da Previdência Social - MPS
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- SEBRAE
- UNISOL-Brasil



Mesa de Abertura do I Seminário de Integração dos Pilotos do Projeto: Representantes – CUT, Força Sindical, ANFIP, MTE, BID, DIEESE, MPS, OIT, CTB e UGT.

Ver *link* com os documentos dos convênios de cooperações técnicas estabelecidas com as instituições parceiras:

<http://www.dieese.org.br/informalidade/documentosParceiros.xml>

PARCERIAS:

Em 03 de maio de 2011, o DIEESE foi convidado para integrar o **Programa de Incentivo à Formalidade no Mercado da Construção, no Paraná**, assinando o termo de Cooperação Técnica e contribuindo com ações mediante a participação da Coordenadora local, Lenina Formaggi.



Em 10 de junho de 2011 foi confirmada a concessão de investimento social, do tipo não reembolsável, ao projeto-piloto *ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA INFORMALIDADE NA CADEIA DE CAJUCULTURA* coordenado pelo DIEESE, pela **Fundação Banco do Brasil** para a execução do piloto de cooperativas, pelo período de 24 meses.

**COPACAJU**
Conselho de Cooperativas do Ceará

**Arranjo Produtivo de
Agricultores Familiares do Ceará
CAJUCULTURA**

2011- Implantação de 3 Fábricas de cajuína e polpa de frutas (FBB)

- Diagnóstico do endividamento dos cooperados
- Organização dos Produtores para captação de recursos – DAP individual e jurídica
- Apresentação de proposta à CONAB para CPR – Formação de Estoque;
- Projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social.

Em 31 de maio de 2012, o Conselho Deliberativo Nacional do **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE**, no uso da

competência conferida pelo art. 14, inciso XIV, do seu Estatuto Social aprovou a indicação de representante no Comitê Técnico Executivo.

Em 2013, estão em andamento as negociações para a assinatura de convênio de cooperação técnica com as seguintes instituições:

- MPS – apoio aos pilotos de Bares e Restaurantes; Cadeia da Construção e Emprego Doméstico.
- Unisol – Brasil: Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.
- Unipampa – Universidade Federal do Pampa.

Execução

- 1ª fase: outubro de 2009 - 2012;
- 2ª fase: outubro de 2012 – 2014

1ª fase

Com o objetivo de promover ações coordenadas que favorecessem a formalização por meio do diálogo social e a articulação de um sistema de redes de organizações locais, nacional e regional (na América Latina), foram selecionados cinco Arranjos Produtivos Locais para a realização dos seguintes Projetos-Piloto:

- Comércio, em Porto Alegre/RS
- Construção Civil, em Curitiba/PR
- Confecção no Agreste Pernambucano
- Setor Rural, em Morrinhos/GO- Agronegócio
- Setor Rural, em Ituporanga/SC- Agricultura Familiar
- Setor da Cajucultura, em Pacajús/CE

2ª fase (a partir de outubro 2012)

- Assalariados Rurais em Uruguaiana/RS – cadeia do arroz;

- Cadeia da Construção em Salvador/BA;
- Serviços de Alimentação: Setor de Bares e Restaurantes em Natal/RN; e
- Emprego doméstico

CONCEPÇÃO DO PROGRAMA DO DIEESE PARA REDUZIR A INFORMALIDADE

O programa conduzido pelo DIEESE desde o início de 2010 apresentou-se como uma oportunidade única para atingir seus objetivos relativos às metas de redução da informalidade e alcançar sua efetividade. Isso se deveu aos seguintes fatores principais:

- O Programa, em convênio com o BID, vem sendo executado em um ambiente macroeconômico propício, ou seja, tendo como pano de fundo as políticas macroeconômicas voltadas para o crescimento; distribuição de renda; geração de empregos; aumento da formalização e fortalecimento do papel do estado; e em circunstâncias adequadas, uma vez que os sindicatos brasileiros são relevantes politicamente e exercem pressão sobre os governos;
- O Programa busca aglutinar as capacidades institucionais para a intervenção nos diferentes territórios; e
- O Programa baseia-se em uma formulação própria e inovadora, não se circunscrevendo à geração de emprego e renda de uma forma artificial e intermitente, mas sim potencializando os recursos financeiros, políticos, institucionais etc., articulados em redes, para reduzir a informalidade e ampliar a proteção social.

Modelo de Intervenção:

Atualmente considera-se que a informalidade não pode ser explicada pela consideração de uma determinação específica. De fato, a informalidade é um fenômeno complexo, que contou com diversas interpretações apontando para

preocupações próprias de cada momento histórico e dos embates dos interesses em disputa. Não se pode dissociar, portanto, a informalidade das estruturas econômicas e das condições históricas do desenvolvimento das sociedades e países. O importante é que, cada vez mais, a informalidade é tida com um tema transversal especialmente para os países em desenvolvimento, onde a informalidade, em qualquer de suas múltiplas formas, pode atingir mais da metade da população ocupada.

A complexidade do tema e a crescente interação entre as atividades desenvolvidas pelo setor informal e os setores dinâmicos da economia vem propiciando uma maior relevância ao debate e à formulação de novas concepções e categorias de análise, voltadas para o desafio de incrementar a proteção social no âmbito do empreendedorismo autônomo e das atividades cooperativas, tanto como fomentar os ganhos de eficiência sistêmica decorrentes do combate à precarização do trabalho assalariado.

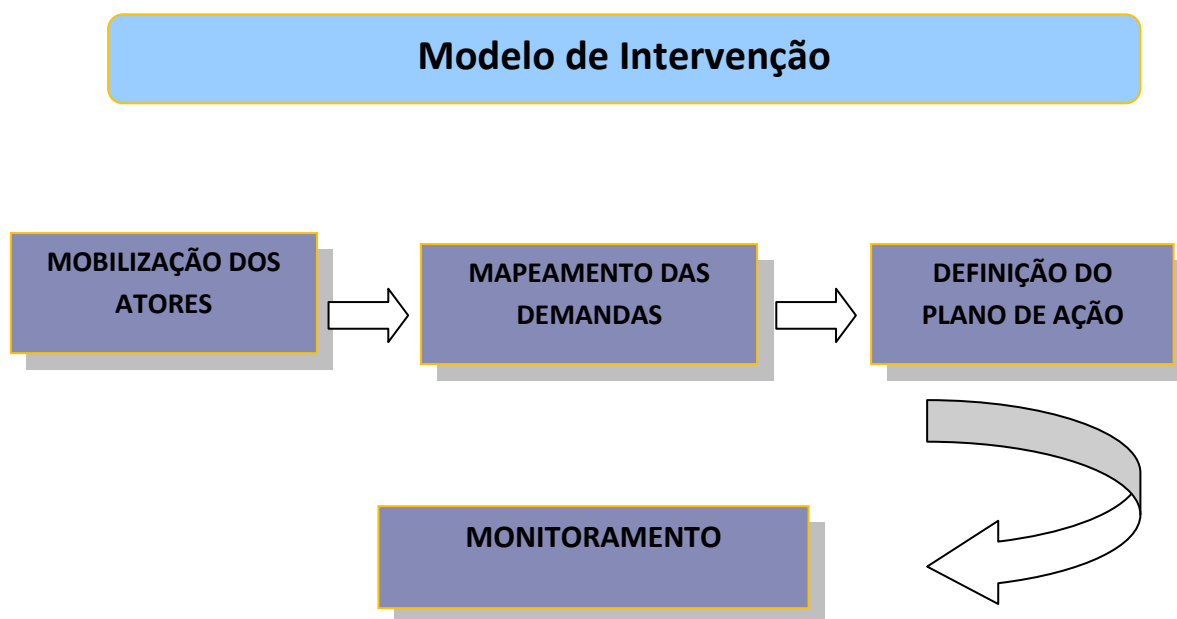
Almeja-se, portanto, enfrentar o problema da informalidade considerando-se que é um fenômeno de elevada complexidade que afeta a qualidade das ocupações nas diversas cadeias produtivas, impactando as comunidades menos favorecidas para as quais as políticas públicas nacionais tem tido pouca eficácia, dada a desarticulação com os entes federados e, sobretudo, as evidentes especificidades locais. Para se reconhecer as formas de existência do problema e propor coletivamente as recomendações de solução, o DIEESE desenvolveu o método para a criação do espaço de diálogo social com o objetivo de desencadear o processo de intervenção social nos projetos-piloto.

Assim, o processo pode ser reconhecido nos seus três momentos:

1. Mapeamento das demandas dos distintos atores sociais;
2. Implantação das recomendações de política e reformas elaboradas no espaço de diálogo social estabelecido nas respectivas localidades; e
3. Análise, monitoramento, evolução e difusão de experiências.

O modelo de intervenção, propriamente dito, contempla as seguintes ações:

- Mobilização dos atores sociais, por meio de visitas de sensibilização nas localidades selecionadas;
- Oficinas com os atores sociais para o mapeamento de demandas e necessidades em cada piloto;
- Elaboração de Plano de Ação, para ampliar a proteção social e intervir nas políticas públicas.



Nesse contexto são construídas coletivamente as recomendações para melhorar as condições de trabalho e produção e a qualidade de vida de um expressivo número de pessoas e comunidades, ampliando-se a proteção social e a legalização dos empreendimentos/empresas.

As características do programa, que o diferenciam, de outros podem ser assim resumidas:

1. O diálogo social permite dar visibilidade aos trabalhadores e às formas de sua organização (daqueles que “vivem do trabalho”) e experimentar formas de articulação das políticas e das ações;
2. Nas localidades selecionadas há instituições atuantes, tanto como a institucionalidade necessária para o estabelecimento de compromissos e responsabilidades;
3. Os governos (autoridades instituídas) podem ser acessados.

Note-se que a intervenção social requer a utilização dos recursos (políticos/econômicos/locais/nacionais etc.) para uma mobilização que conduza a um maior nível de organização da sociedade para que acesse o estado em prol da conquista e/ou ampliação de direitos (proteção social) que, por sua vez, viabilize a atividade produtiva e a qualidade de vida dos cidadãos.

Os limites dessa estratégia específica são apontados pela forma de organização da produção nos Arranjos Produtivos Locais e também pela própria dinâmica e estrutura dos mercados nas cadeias produtivas que são objeto do modelo de intervenção.

Para se criar o espaço de Diálogo Social e constituir uma rede de atores articulados, é necessário:

1. Mobilizar os atores sociais;
2. Realizar uma reflexão coletiva sobre a história do fenômeno, considerando-se o setor de atividade/ramo específico;
3. Promover uma experiência exitosa de levantamento de problemas e recomendação de soluções;
4. Incentivar a divulgação e ressaltar o efeito demonstração sobre outros atores ("os pilotos são únicos, mas podem ser replicados").

O DIEESE assume um papel essencial enquanto **entidade mediadora** entre o que é estabelecido no “plano de ação” por meio do diálogo social e a viabilização desse plano - momento culminante do processo de intervenção social transformador da realidade.²

² O DIEESE possui uma vasta experiência em atividades de formação de dirigentes sindicais e de participação em espaços de negociação. A proposta metodológica e o modelo de intervenção foram elaborados com base na larga experiência de formação de dirigentes e assessores sindicais do DIEESE e estruturados a partir dos seguintes elementos (DIEESE, 2006): 1) Democracia e participação social; 2) Diálogo social; 3) Planejamento; 4) Concepção de educação.

O primeiro pressuposto da metodologia, ou seja, a (1) *Democracia e participação social* considera a importância da ampliação da participação social no regime democrático. A consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira propiciou a ampliação da participação dos diversos atores e movimentos sociais em espaços variados de discussão e negociação de políticas públicas.

O segundo, (2) *Diálogo Social*, apresenta a prática do diálogo entre os atores sociais como um importante instrumento de participação. Ressalte-se que o diálogo social é definido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) como todos os tipos de negociação, consulta ou simples troca de informações entre representantes dos governos, empregadores e trabalhadores em questões relevantes para a política econômica e social.

Ressalte-se ainda que o DIEESE propicia o estabelecimento do espaço/arena de negociação (diálogo social), à medida que:

1. É uma instituição única (abarca todas as correntes do movimento sindical);
2. Possui capacidade técnica para resolver questões e
3. Possui credibilidade frente a todos os atores sociais.



Em síntese, a metodologia baseia-se na ênfase ao processo de mobilização para formar sujeitos, que conquistam direitos e proteção social e transformam a

O terceiro elemento da metodologia trata-se do (3) *Planejamento Estratégico Situacional – PES*. Desenvolvido por Carlos Matus (1989, 1996). Esse planejamento pode ser apontado como alternativa às formas convencionais em que o estado se apresenta como único protagonista no ato de planejar. Considera-se, portanto, que o processo de planejamento cria um espaço para a participação dos diferentes atores sociais, tratando-se a realidade como algo complexo e incerto, que permite diferentes leituras dos processos sociais pelos distintos atores. A prática do *Planejamento Estratégico Situacional* ocorre através do processamento dos problemas e é realizada em quatro momentos: explicativo; normativo; estratégico e tático-operacional. Esses momentos são consequência da visão dinâmica do processo de planejamento e se caracterizam pela permanente interação entre eles e pela necessidade constante de retomada de qualquer um deles sempre que a mudança de situação assim o exigir.

Por último, a (4) *concepção de educação* adotada nesta metodologia sustenta-se numa abordagem sociohistórica, que “(...) considera a aquisição do conhecimento como um processo em que a interação dos participantes com o conhecimento que deseja obter não é solitária, mas sim, social; não é direta, mas mediada”. As atividades desenvolvidas a partir dessa concepção buscam propiciar o diálogo entre os conhecimentos produzidos pelos participantes ao longo da vida (ou seja, seu repertório) e o conhecimento acumulado, socialmente produzido. Na interação desses conhecimentos, mediados pelo conhecimento também trazido pelo formador, produz-se um novo conhecimento, transforma-se, ao mesmo tempo, o aprendiz, o formador e o próprio objeto do conhecimento – por que o olhar do sujeito o transforma. (DIEESE- Formação dos Conselheiros dos CETEPS: caderno do formador. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Salvador: DIEESE, 2012)

realidade de suas vidas. O método para isso não é uma prescrição de passos, mas a viabilização de um processo que aponte para a universalização dos direitos para que “as leis alcancem todo mundo”.

PILOTOS:

Comércio em Porto Alegre/RS

O Piloto foi selecionado dada a alta incidência de informalidade no setor do Comércio em Porto Alegre/RS, entre eles os ambulantes e vendedores de porta em porta. Realizaram-se oficinas para discussão do problema da informalidade no setor e para o mapeamento das demandas locais. Em 2012 elaborou-se o Relatório sobre o Perfil e Condições de Trabalho dos Camelôs com base em pesquisa com grupos focais que será publicada em 2013.

Participantes:

- Superintendência Regional do Trabalho – SRT/RS
- Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre – SINDEC-POA
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre
- SDJS/DETRAB
- Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMGL
- Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS
- FECOMÉRCIO - Federação do Comércio e Serviços
- FETRACOS
- Comissão Estadual de Emprego
- SEBRAE/RS
- Ministério da Previdência Social
- FECOSUL
- Força Sindical
- Sindicato dos Ambulantes RS
- SMIC- Secretaria Municipal da Indústria Comércio e Turismo

Construção Civil em Curitiba/PR

O Piloto Construção Civil em Curitiba/PR iniciou-se com a I Oficina de Sensibilização para apresentação do Projeto "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social" em 20 de abril de 2010, o que resultou na integração de representantes locais na rede do projeto. No mesmo ano realizou-se ainda, a II Oficina para diagnóstico dos principais problemas do setor e a construção de um plano de ação visando à redução da informalidade.

Participantes:

- Agência Curitiba
- ANFIP
- CGTB
- CUT/PR
- Conselho Municipal do Emprego
- CREA-PR
- Fundação de Ação Social
- IPEA
- MDS/SAIP
- Fetraconspar
- Secretaria Municipal do Trabalho
- SEBRAE
- SESI-PR
- Sismucol- PR
- UGT-PR
- Sinduscon-P

Confecção no Agreste Pernambucano

O Piloto confecções no agreste pernambucano foi delimitado na Região de Caruaru e Entorno, englobando os municípios de Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. A região evidencia uma economia assentada em atividades intensivas de mão-de-obra, com pequenos empreendimentos e participação familiar. Realizou-se no ano de 2010 oficinas para mobilização dos

atores sociais e construção de uma rede de diálogo social, mapeamento das demandas e elaboração do plano de ação para enfrentamento da informalidade no setor. Em 2011 e 2012 os atores sociais articularam-se em rede, dando continuidade às ações e políticas formuladas.

Participantes:

- Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe
- SINDIVEST
- Prefeitura Municipal de Surubim
- Associação Comercial e Industrial de Surubim
- Sindicato das Costureiras do ABC/SP
- NCST
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
- FUNDAJ
- SINDTEXTIL/PB
- CVT
- ACIPA
- Prefeitura de Toritama
- LGN Jeans
- Associação Comercial e Industrial de Caruaru- ACIC

Setor Rural em Ituporanga/SC- Agricultura Familiar

Dada a importância da agricultura familiar no setor rural, o Piloto em Ituporanga/SC inaugurou-se com a I Oficina realizada no município com a participação de representantes locais do governo, pequenos produtores e trabalhadores que identificaram a necessidade de discussão sobre o tema informalidade para possibilitar melhores condições de trabalho na cultura da cebola.

Participantes:

- MTE
- FETAESC
- CONTAG

- SRT- Bom Retiro, Canoinhas, Chapadão Lageado, Criciúma, Içara, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia e Tijucas.
- SITRULA
- OAB/SC
- ANACE
- FETAG/PR
- FETAG/RS
- SRTE/SC do Ministério do Trabalho e Emprego
- FETAEP
- CTB-SC
- MPS
- Prefeitura de Ituporanga
- Prefeitura de Canoinhas
- Prefeitura de Chapadão
- Prefeitura de Lageado
- Secretaria da Agricultura de Ituporanga
- APRODCESC
- SoftArt.

Setor da Cajucultura em Pacajús/CE

Desde agosto de 2011 o DIEESE vem desenvolvendo as atividades do Piloto na Cadeia da Cajucultura do Ceará, com o apoio financeiro do BID e da Fundação Banco do Brasil. A intervenção social localiza-se, especificamente, no município da Pacajus, onde está instalada a Central Copacaju – Cooperativa Agroindustrial do Caju, abarcando também os municípios que compõem o complexo de cooperativas singulares de castanha de caju: Barreiras, Ocara, Arati, Tururu, Aquiraz, Chorozinho, Icapui, Fortim e Granja. A precária situação socioeconômica dos municípios envolvidos no projeto reforça a importância de fomentar a elevação da renda gerada no processamento da amêndoa do caju por meio da organização em cooperativas e da elaboração de planos de negócio para planejar o futuro e viabilizar o acesso ao crédito nessas comunidades.

Quadro 1

Indicadores dos Municípios da Cajucultura no Ceará

MUNICÍPIO	População	Pop. Rural		Agricult.	Pescad.	Benefic.	Famílias	IDH	GINI
		personas	%	Famíliares		Bolsa Fami.	Assentadas		
	a)			b)	c)	d)	e)	*	*
Pacajús	54.400	10.392	19%	736	6	6.530		0,68	0,54
Barreira	18.388	11.200	60%	824	1	2.771		0,62	0,55
Ocara	23.242	16.141	69%	1.909	2	3.573	346	0,59	0,59
Tururu **	13.340	7.909	59%	745	1	2.180	118	0,60	0,62
Aquiraz ***	65.371	5.825	8%	1.690	544	8.231	121	0,67	0,57
Aracati	65.697	24.227	36%	1.159	292	8.762	369	0,67	0,58
Chorozinho	18.208	7.616	41%	754	22	2.774	85	0,63	0,53
Fortim	14.045	4.477	31%	298	652	2.125	63	0,63	0,56
Icapui	17.720	12.205	68%	869	1.748	2.920	300	0,63	0,49

FONTES:

a) IBGE , 2007

b) IBGE, 1995/1996

c) SEAP, 2004

d) MDS, 2008

e) INCRA, 2007

NOTAS: *2000; ** 2 Comunidades Quilombolas e *** 1 Quilombola e 1 Terra Indígena (FUNAI 2008)

Participantes:

- INSS – Programa de Educação Previdenciária
- Copazel
- Copacaju
- Copav-Aracati
- Copacaju
- CoopFrutos
- INSS/Messejana
- Associação dos Produtores
- MPS
- Copav- Aracati
- Coopangi
- Central Copacaju
- INSS-PEP

- Unisol
- Fundação Banco do Brasil - FBB

Principais propostas formuladas nos Projetos-piloto:

- Mudanças no conceito de fiscalização do trabalho que permitam ampliar a capilaridade e promover o controle social: grupos volantes constituídos por entidades sindicais de trabalhadores e patronais e outras organizações da sociedade civil - **piloto da construção civil;**
- Integração das organizações e dos programas voltados para o financiamento da economia solidária (cooperativas, empreendimentos autogestionários, dentre outros) a partir de referências comuns acerca da análise do risco de crédito – **piloto da cadeia da cajucultura;**
- Reconhecimento da condição de segurado especial dos trabalhadores da agricultura familiar que trabalham em cooperativas agroindustriais (elaboração do cadastro de segurado especial pelo Ministério da Previdência Social) – **piloto da cadeia da cajucultura;**
- Adequação, nos Municípios, da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, especialmente visando a democratização do acesso à cidade com alvará de funcionamento, atendendo aos requisitos de trabalho decente e proteção ambiental – **piloto de comércio e confecções;**
- Acesso ao crédito, para MPE e empreendimentos coletivos e individuais – **piloto do comércio, confecções e cajucultura;**
- Acesso geral, ágil e gratuito por banda larga à internet – **piloto de confecções e rural;**
- Adequação do marco regulatório sobre proteção ambiental e vigilância sanitária – **piloto de comércio e serviços de alimentação;**
- Simplificação das declarações sociais para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários. Implantar em 2013 o Módulo Simplificado da Escrituração da Folha Digital (EFD-Social) para o Segurado Especial

(agricultura familiar), o Micro Empreendedor Individual (MEI) e pequenas edificações da construção civil (pessoas física) – **piloto rural, de comércio e construção civil.**

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARA APRESENTAR E DIVULGAR O PROGRAMA DO DIEESE

OIT: SEMINÁRIO TRIPARTITE “A economia informal no Brasil: Políticas para facilitar a transição para a formalidade”. Expositores do DIEESE: Lúcia Garcia “A evolução da informalidade no Brasil” e Rosane Maia: “O diálogo social para a elaboração de políticas de enfrentamento da informalidade” e assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica entre o DIEESE e OIT. Hotel Mercure, SHN Quadra 05, Bloco G, Brasília. 12-13 maio, 2009.



SEMINÁRIO NACIONAL DA UGT: Cem Anos de Movimento Sindical Brasileiro: balanço histórico e desafios futuros. Painel 10 – Auditório 2 . O movimento sindical diante da economia informal e do trabalho precário: Causas da ampliação da economia informal; o sobretrabalho, o trabalho infantil, a escravidão e o trabalho informal; terceirização; precarização; a organização de trabalhadores na economia informal; o falso cooperativismo; a luta pelo trabalho decente; a falsa solução da reforma trabalhista; que papel o movimento sindical pode desempenhar na integração dos excluídos ao universo da economia formal e da cidadania plena? Quais as lições históricas para uma nova práxis sindical para o presente e o futuro? Palestra da Coord. Geral Rosane Maia. FAAP. São Paulo. 15 e 16.05.2009

WORKSHOP DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ: “A Informalidade Revisitada: das origens às novas abordagens”. Apresentação do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social” pela Coordenadora Geral, Rosane Maia. Organizadores: FUNDAJ, ABET e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG – PPGCS/UFCG. Recife. 17.12.2009 (Livro publicado)
PUBLICAÇÃO: “Marchas e Contramarchas da Informalidade”



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DE PORTO ALEGRE – FSM
Edição de 2010: Oficina “Reduzir a Informalidade por meio do Diálogo Social: desafio para a América Latina”. Painelistas: DIEESE, CEPAL, IPEA, CUT, Força Sindical, CUT-Paraguai.

O Fórum Social Mundial completará, em janeiro de 2010, dez anos de existência. O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) promove a oficina “Reduzir a Informalidade por meio do Diálogo Social: desafio para a América Latina” com o propósito de formular novas políticas e ações para o enfrentamento da informalidade. Esta oficina terá a participação de representantes do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e está inserida no **Fórum Social Dez Anos - Grande Porto Alegre**, que ocorrerá de 25 a 29 de janeiro, em Porto Alegre e cidades vizinhas.

O objetivo é apresentar a metodologia de intervenção e diálogo social que será desenvolvida e implementada sob coordenação do DIEESE, em quatro projetos-piloto nos setores e localidades selecionados: construção civil (Curitiba/PR); confecções (Caruarú/PE); agronegócio da cultura do tomate (Morrinhos/GO) e comércio (Porto Alegre/RS), de forma a refletir sobre a atualidade do conceito e a formulação de novas políticas e ações para o enfrentamento da informalidade, por meio da mobilização de atores sociais e articulação em redes no contexto dos países da América Latina.

“Reduzir a Informalidade por meio do Diálogo Social: desafio para a América Latina”
Data: 27 de janeiro de 2010
Horário: 9h às 12h
Local: Assembléia Legislativa RS
Praça Marechal Deodoro, 101
Sala Alberto Pasqualini - 4º andar

Informações pelo telefone 51 3211-4177 ou pelo e-mail errs@dieese.org.br



FÓRUM SOCIAL TEMÁTICO Edição de 2012: Oficina “Como reduzir a informalidade por meio do diálogo social? debate sobre experiências de ações coletivas na América Latina” Painel:

- Apresentação dos principais resultados do projeto – DIEESE: Rosane Maia
- Apresentação de outras experiências: CSCCS (Coordenadora Sindical das Centrais do Cone Sur: Héctor Castellano)

11:00 horas – Debates e encaminhamentos

Data: 26/01/2012

Horário: 09h00 a 12h00 hs

Local: Auditório da FEE – Rua Duque de Caxias, 1691- Porto Alegre

- Visita guiada ao Centro Popular de Compras de Porto Alegre.

forUM sOcial teMÁTiCo
24 a 28 janeiro 2012

Janeiro dia 26/2012
DIEESE

Mundo do Trabalho

Reduzir a informalidade por meio do diálogo social:
debate sobre experiências de ações coletivas

Programação

Local: Auditório da FEE – Rua Duque de Caxias, 1691- Porto Alegre

9h horas - Painel

- Apresentação dos principais resultados do projeto - DIEESE
- Apresentação de outras experiências:
 - BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)
 - CSCCS (Coordenadora Sindical das Centrais do Cone Sur)

11h horas – Debates e encaminhamentos

Informações: +55 - 51.3211.4177 ou pelo e-mail: errs@dieese.org.br

Haverá tradução simultânea para o espanhol

Organização: CG B, CTB, CUT, DIEESE, UGT, etc.



REUNIÃO com Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – Reunião dos Diretores Técnicos da Coordenadora da Centrais Sindicais do Cone Sul e do DIEESE para tratar sobre cooperação técnica em temas como informalidade na América do Sul. **LOCAL:** Hotel Embaixador, em Porto Alegre. 26 de janeiro de 2012.

PARTICIPANTES:

- Clemente Ganz Lúcio (DIEESE - Diretor Técnico)
- Héctor Castellano (CCSCS - Secretário Técnico)
- Milton Castellano (Instituto Cuesta Duarte - Director)
- Ricardo Franzoi (DIEESE-Supervisor do Escritório do RS)
- Rosane de Almeida Maia (DIEESE - Coordenação Geral do Projeto "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social")



REUNIÃO com Ministro da Previdência: audiência com Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, para tratar do Convênio de Cooperação Técnica assinado com o DIEESE e outros desdobramentos do projeto "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social". MPS. Brasília.08.04.2010

<http://www.previdencia.gov.br/vejaNoticia.php?id=37709#destaque>

REUNIÃO com Centrais Sindicais: reunião com Centrais Sindicais para a apresentação do projeto e definição da participação no Comitê Técnico Executivo de acompanhamento, com a presença de representantes da CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, ADS/CUT e Unisolbrasil (justificativa de ausência da NCTB). Exposições de Clemente Ganz Lúcio e Rosane Maia. Sede do SENTRACOS, São Paulo. 16.04.2010

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (NCPS). Apresentação do projeto para os Conselheiros em reunião ordinária realizada por Clemente Ganz Lúcio e Rosane Maia. MPS. Brasília, 25.08.2010



LANÇAMENTO DA LINHA DA PEQUENA EMPRESA EM PORTO ALEGRE. Participação da Coordenadora local do DIEESE, Daniela Sandi, no lançamento da "Linha da Pequena Empresa" promovida pela Prefeitura de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) e da Carris, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/RS). A iniciativa inédita tem por objetivo levar aos bairros de Porto Alegre formalização, capacitação profissional, microcrédito e concessão de alvarás aos micro e pequenos empreendedores. A solenidade aconteceu, no Largo Glênio Peres, e contou com a presença do secretário da Smic, Valter Nagelstein, e do prefeito José Fortunati.

<http://bloginformalidade.dieese.org.br/2011/03/lancamento-da-linha-da-pequena-empresa-em-porto-alegre/>



O Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, o Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio, Valter Nagelstein, o Diretor-Presidente da Cia. Carris Porto-Alegrense, João Pancinha, e o Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/RS, Vitor Augusto Koch, convidam para o **Ato de entrega da Linha da Pequena Empresa**, a realizar-se dia 15 de março de 2011, às 10h, no Largo Glênio Peres - Centro Histórico de Porto Alegre. O ônibus irá circular por diversos bairros da Capital oferecendo orientação para empreendedores sobre formalização de pequenos negócios, microcrédito, concessão de alvarás e capacitação em gestão empresarial.

Confirme sua presença pelo telefone 0800 570 0800

LINHA DA PEQUENA EMPRESA

Realização:

SEBRAE, procepa, Carris, SMIC

SEMINÁRIO MPS e IPEA: O FUTURO DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL. Palestra de Clemente Ganz Lúcio sobre o Projeto coordenado pelo DIEESE: “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social” Brasília. 17.03.2011
<http://www.mps.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1098>

SEMINÁRIO DA UGT: "A Economia Informal e os Caminhos da Inclusão Social e Produtiva dos Trabalhadores: o legal é ser legalizado". Palestra do Coordenador do DIEESE Silvestre Prado sobre o Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”. São Paulo. 14 e 15.04.2011
<http://www.ugt.org.br/NoticiasZoom.asp?RecId=3557&RowId=e50d0000&Tipo=>

CUT: 1o. de Maio de 2011: WORKSHOP INTERNACIONAL “CONTEXTOS E DESAFIOS PARA A CONQUISTA DO TRABALHO DECENTE. Painel - Trabalho Informal e proteção social integrando as negociações coletivas:

- Carlos Ramiro de Castro – Vice Presidente da CUT/SP
- Rosane Maia - Supervisora do Projeto sobre Informalidade do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
- Paulo Sergio Muçouçah – Coordenador do Programa de Empregos Verdes e Trabalho Decente e da OIT
- Anastasie Maswamba – Vice Presidente da StreetNet

Coordenação: Rosana Aparecida da Silva – Secretária de Combate ao Racismo da CUT/SP. **Local:** Museu Afro Brasil, Parque do Ibirapuera, São Paulo. 27 e 28 de abril de 2011.

<http://www.cutsp.org.br/publicacoes/revista/revista-cut-1o-de-maio-especial/view>



FLACSO; UNIKassel, ICDD e Nueva Sociedad. Seminário¿De la desigualdad a la justicia social?,Las políticas socio-laborales de América Latina en la disyuntiva. Apresentação do Piloto de Comércio pela Coordenadora Local do DIEESE, Dainela Sandi. Buenos Aires. 28 e 29.09.2011.

CESIT/UNICAMP. Workshop sobre informalidade. Apresentação com base no artigo “A Informalidade Urbana” de Rosane Maia, Lúcia Garcia, Joana Biava e Patrícia Pelatiere para professores e alunos de pós-graduação do CESIT-UNICAMP. Instituto de Economia da UNICAMP, CESIT, na Sala 6 do Pavilhão de Graduação do IE.Campinas, SP. 18.08.2011.

Secretaria-Geral da Presidência da República - I Seminário Nacional de Participação Social. Objetivo: fazer um balanço dos processos de participação social do governo federal e debater iniciativas, perspectivas e estratégias norteadoras da ação governamental para o período 2011/2014. Temas: participação social e orçamento público – OP, PPA, controle e transparência; a relação das novas mídias com as formas de representação e participação; diálogos sociais – a relação entre movimentos sociais e governos democráticos; educação para a cidadania ativa; conferências e conselhos – a ampliação dos espaços institucionais de participação e o aperfeiçoamento da democracia participativa no Brasil; ouvidorias – participação social com garantia de direitos;juventude e participação social; articulação federativa e participação social; participação social e reforma política; o Teatro do Oprimido como metodologia de participação social, dentre outras. Participantes: gestores federais, estaduais e municipais da participação social; representantes de entidades dos movimentos sociais e ONGs; conselheiros nacionais; pesquisadores do tema, professores, estudantes e integrantes de movimentos sociais da rede. Local: Naoum Plaza Hotel, SHS Quadra 05 Bloco H. Brasília – DF. 26, 27 e 28 de outubro de 2011.

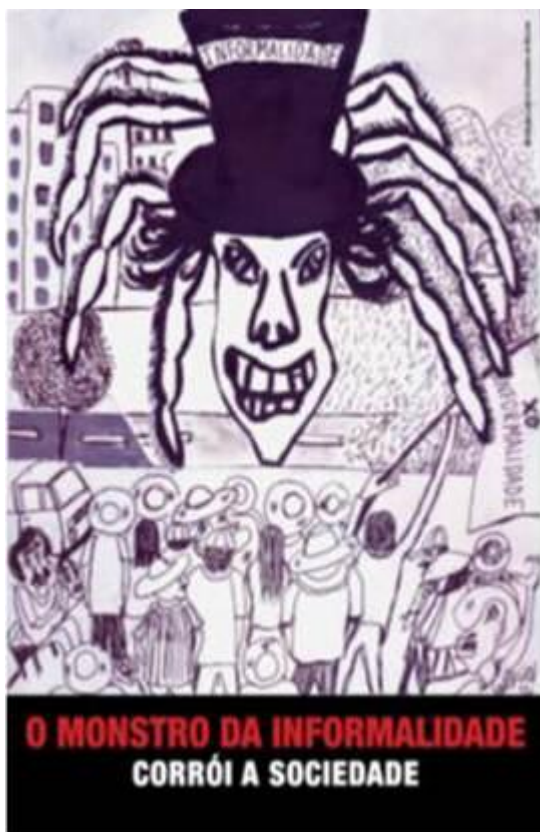
I SEMINÁRIO de Valorização do Trabalho e Vida de Porto Alegre. Apresentação da experiência do Piloto da Construção Civil no Paraná pela Coordenadora Local do DIEESE, Lenina Formaggi. Participantes: Conselho Regional de Engenheiros e Arquitetos (Crea-RS), a Associação Riograndense de Engenharia de Segurança (Ares), o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do estado (Sinduscon-RS), o Sindicato dos Engenheiros (Senge-RS), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/RS), o Sindicato

dos Técnicos de Segurança (Sinditest) e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário (Feticom-RS). Porto Alegre. 17.04.2012

INESC, “Conversa nas Segundas no INESC” sobre “Novas formas de organização dos que vivem do trabalho para alcançar a proteção social: projeto do Dieese para enfrentar a informalidade”. Exposição de Rosane Maia. Sede do INESC. Brasília. 25.06.2012 <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2012/junho/reducao-da-informalidade-por-meio-do-dialogo-social>

1ª Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais. Participantes: DIEESE, CONTAG. Esplanada dos Ministérios em Brasília 20.03.2012.





I ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: pequenos negócios, qualidade ambiental urbana e erradicação da miséria. Apresentação do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, pela Coord. Geral Rosane Maia. Centro de Eventos Brasil 21. Brasília. 27 a 29.03.2012.
<http://www.encontrodesenvolvimento.fnp.org.br/>



AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados sobre o PL 951/2011 que institui o "Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE)". Anexo II do Congresso Nacional, Brasília. 13.06.2012



7ª. Mostra CineTrabalho da Universidade de Marília (UNESP). Marília, SP. Exposição do vídeo do projeto do DIEESE, no dia 27 de junho de 2012. Projeto Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social (Brasil) Documentário, 2011 - 17' Direção: Pedro Aspahan, Produção: Morgana Rissinger Os depoimentos espontâneos relatam as experiências de trabalhadores nos setores da construção civil, confecções e rural, no âmbito do Projeto, coordenado pelo DIEESE.

<http://www.dieese.org.br/video/videoInformalidade.xml>
<http://cinetrabalho.wordpress.com/inscricoes-2012/>



I SEMINÁRIO INTERSETORIAL NUPSI-USP - *Invenções Democráticas* frente aos desafios do precariado: o encontro da Renda Básica com a Economia Solidária

Dia: 29 de junho

Horário: das 19h às 22h

Local: Faculdade de Saúde Pública da USP (Auditório João Yunes)

Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, 715, São Paulo (Metrô Clínicas)

Programa completo: www.nupsi.org

Video: [5] <http://vimeo.com/davidcalderoni/renda-basicaeconomia-solidaria>

<http://nupsi.org/coloquios/i-seminario-intersectorial-nupsi-invencoes-democraticas-frente-aos-desafios-do-precariado/>



Invenções Democráticas frente aos desafios do precariado: o encontro da Renda Básica com a Economia Solidária

O NUPSI-USP (Núcleo de Psicopatologia, Políticas Públicas de Saúde Mental e Ações Comunicativas em Saúde Pública da Universidade de São Paulo) tem o prazer de convidar para o *I Seminário Intersectorial NUPSI-USP - Invenções Democráticas frente aos desafios do precariado: o encontro da Renda Básica com a Economia Solidária*.

O Seminário recebe o **Prof. Dr. Guy Standing**, co-presidente da Rede Mundial da Renda Básica e autor de *The Precariat: The New Dangerous Class*, que pronunciará conferência intitulada *Uma agenda progressista na perspectiva do precariado*, comentada pelo **Prof. Dr. Eduardo Matarazzo Suplicy**, autor da Lei da Renda Básica de Cidadania; pelo **Prof. Dr. Paul Singer**, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego; e pela **Dra. Rosane Maia**, Assessora da Direção Técnica do DIEESE.

O Seminário inclui ainda o **Prof. Ms. Oscar Zalla**, Coordenador da Incubadora de Tecnologia Social e Economia Solidária do EIT/UFMT, que fará um balanço sobre o impacto positivo da atuação de pesquisadores cooperados sobre precariados de Mato Grosso.

Ao final, o Prof. Standing introduzirá os debates intersectoriais mediante um breve relato sobre o papel de um banco comunitário de mulheres em um projeto-piloto de Renda Básica na Índia.

O evento acontece no dia 29 de junho, das 19h às 22h, no Auditório João Yunes da Faculdade de Saúde Pública da USP – Avenida Doutor Arnaldo, 715, São Paulo (Metrô Clínicas). As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo e-mail nupsi@nupsi.org e tel. (11) 5052-7967, das 13h às 17h (vagas limitadas). A participação é certificada.

Acesse www.nupsi.org para ver o Programa completo.



I CONFERÊNCIA NACIONAL DO EMPREGO E TRABALHO DECENTE (CNETD). Eixo: Proteção Social/Informalidade. Participação da Coord. Geral Rosane Maia. Centro de Convenções Ulisses Guimarães, Brasília. 08 a 11.08.2012.

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F6E05C07F5AAE/GRUPOS%20TEMATICOS%20I%20CNETD%20-%202018%20abril.pdf>

PLANO BRASIL MAIOR (PBM) – 1º. Workshop da Coordenação Sistêmica de Condições e Relações do Trabalho: Mercado de Trabalho. Sede da NCST, SAF-Sul, Quadra 02, Bloco D..Brasília. 21.11.2012

Programa: 10h:00 às 10h:30

- Tecer um breve histórico das atividades da Coordenação;
- Relembrar o diagnóstico e as diretrizes da Coordenação e sua estrutura;
- Esclarecer a proposta e os objetivos do ciclo de workshops;
- Falar sobre a programação (temas e datas);
- Estabelecer o programa e a metodologia deste 1º workshop.

Painéis Temáticos:

10h:30 às 12h:40 - 1º Tema: Formalização

1ª Parte

10h:30 às 10h:50 - Apresentação das Ações, Políticas e Programas do Governo voltados para a Formalização pela SPPE - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego

10h:50 às 11h:10 -- Apresentação do Projeto Dialogar para Formalizar (DIEESE – Ademir Figueiredo e Antônio Ibarra)

11h:10 às 11h:20 - Esclarecimento dos Participantes

11h:20 às 11h:40 - Subsídios dos Conselhos de Competitividade Setoriais

MISSÃO AO CANADÁ: economia solidária

Montreal-Quebec, 31 de outubro a 08 de novembro de 2012

No período de 31 de outubro a 08 de novembro de 2012, foi realizada a Missão ao Canadá para conhecer a experiência da central sindical quebequense CSN - Confederação dos Sindicatos Nacionais - em sua atuação de apoio à economia solidária por meio de diversas instituições apresentadas à Comitiva brasileira:

- CSN – Confederação dos Sindicatos Nacionais;
- Caixa de Economia Solidária – Desjardin;
- Filaction – Fundo de desenvolvimento para a Economia Solidária;
- MCE Conseils;
- DSI – Développement Solidaire International
- Bâtirente;
- Fodaction;
- Excentris – Cooperativa (Espaço cultura e cinema autoral);
- Tecnopólo Angus – Société de développement.

Participantes da Missão:

Zenaide Honório – DIEESE
Josinaldo José de Barros – Força Sindical/DIEESE
Alberto Soares da Silva – CUT/DIEESE
Ledja Austrilino da Silva – NCST
Clemente Ganz Lúcio – DIEESE
Rosane Maia – DIEESE
Fernando Junqueira – DIEESE
Paulo Valle – DIEESE
Alexandre Antonio da Silva – UNISOL
Eder Marcelo de Melo – FBB
Leonardo Pamplona – BNDES

Coordenadores no Canadá:

Claude Dorion – DSI e MCE Conseils
Jean Bergevin – DSI e Caixa de Economia Solidária Desjardins





Organização	Papel principal
 BÂTIRENTE	Fundo de pensão e gestão de poupança (coletiva e individual) sob o controle dos trabalhadores
 FONDATION CSN POUR LA COOPÉRATION ET L'EMPLOI	Fundo de investimento dos trabalhadores com uma missão de preservação e de criação de empregos
 Desjardins Caisse d'économie solidaire	Cooperativa de Poupança e Crédito (Pessoas físicas e Empreendimentos coletivos)
 FILACTION	Fundo de investimento para PMEs e "Fundo de Fundos" para o desenvolvimento local
 mce conseils	Consultoria (gestão e finança) especializada para empresas coletivas, cooperativas e sindicatos
 Desjardins Caisse d'économie Le Chânon	Cooperativa de Poupança e Crédito individual (trabalhadores)
 neuvACTION	Consultoria e formação (desenvolvimento durável e desenvolvimento organizacional)
 DÉVELOPPEMENT SOLIDAIRE INTERNATIONAL Réseau CSN de coopération internationale pour la finance solidaire et l'écocitoyenneté responsable	Cooperação técnica e consultoria internacional (ação econômica coletiva, solidária e durável)

<http://bloginformalidade.dieese.org.br/2012/12/missao-visita-canada-para-conhecer-iniciativas-de-economia-solidaria/>

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL (PORTARIA Nº. 491 de 10.09.2011)

Em 10 de agosto de 2011 o Governo Federal instituiu o Grupo de Trabalho, por meio da Portaria n. 491, “com o objetivo de acompanhar, discutir, analisar e avaliar as propostas do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social de iniciativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID”.

<http://www.dieese.org.br/informalidade/portariaInterministerial.pdf>

Assinaram a Portaria n. 491:

1. GARIBALDI ALVES FILHO

Ministro de Estado da Previdência Social

2. CARLOS ROBERTO LUPI

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

3. GUIDO MANTEGA

Ministro de Estado da Fazenda

4. FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

5. TEREZA CAMPELLO

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

6. AFONSO FLORENCE

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

O Grupo de Trabalho, sob a coordenação do Representante do MPS, é composto por representantes titulares e suplentes indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

- Ministério da Previdência Social;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- Caixa Econômica Federal;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- - DIEESE;
- Representante do Projeto Piloto do Setor Rural;
- Representante do Projeto Piloto da Construção Civil;
- Representante do Projeto Piloto das Confecções;
 - Representante do Projeto Piloto do Comércio;

Lista dos Representantes:

I - do Ministério da Previdência Social - MPS:

Titular: Leonardo José Rolim Guimarães;

Suplente: Rogério Nagamine Costanzi;

II - do Ministério do Trabalho e Emprego MTE:

Titular: Zilmara David de Alencar;

Suplente: Rodolfo Torelly;

III - do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC:

Titular: João Elias Cardoso;

Suplente: Margarete Maria Gandini;

IV- do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

Titular: Rafael Siqueira Barreto;

Suplente: Enrico Moreira Martignoni;

V - do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA:

Titular: Luiz Carlos Rebelatto Santos;

Suplente: Geraldo Francisco Coelho;

VI - do Ministério da Fazenda -MF:

Titular: Daniel Belmiro Fontes;

Suplente: Dulcemar Pianissolli Futuro;

VII - do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

Titular: Laura Schwerz;

Suplente: Renata Silva Melo;

VIII - da Caixa Econômica Federal - CEF:

Titular: Henrique José Santana;

Suplente: Viviane Lucy de Andrade;

IX - do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE:

Titular: Bruno Quick Lourenço de Lima ;

Suplente: Helena Maria Pojo do Rego;

X - da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP:

Titular: Jeziel Tadeu Fior;

Suplente: Vanderlei José Maçaneiro;

XI - do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE:

Titular: Rosane de Almeida Maia;

Suplente: Júnior César Dias;

XII - do Projeto Piloto do Setor Rural:

Titular: Luismar Ribeiro Pinto;

Suplente: Evandro José Morello;

XIII - do Projeto Piloto da Construção Civil:

Titular: José Alexandre dos Santos;

Suplente: Geraldo Pereira dos Santos;

XIV - do Projeto Piloto das Confecções:

Titular: Ledja Austrilino Silva;

Suplente: Aurora Flora Duarte;

XV - do Projeto Piloto do Comércio:

Titular: Valdir Santos de Lima;

Suplente: Jeferson Tiego da Silva.

<http://www.dieese.org.br/informalidade/portaria9GtInformalidade.pdf>

Reuniões ordinárias do GT Interministerial

3 de novembro de 2011: primeira reunião do Grupo de Trabalho, criado pela Portaria Interministerial nº 491, de 10 de agosto de 2011, realizada às 10hs, na sala de reuniões do Ministério da Previdência Social, no 9º andar e coordenada por LEONARDO JOSE ROLIM GUIMARÃES Secretário de Políticas de Previdência Social.

<http://bloginformalidade.dieese.org.br/?s=gt+INTERMINISTERIAL&searchsubmit>

06 de março de 2012: segunda reunião do GT Interministerial, realizada na sala de reuniões do INSS, localizado no SAS Q. 02, Bloco O, 10º. andar, com a Pauta: 1) apresentação pela Caixa Econômica Federal – FGTS e Folha Digital; 2) MPS: Cooperativismo.

20 de setembro de 2012: terceira reunião do GT Interministerial, realizada na sala de reuniões do 9º. andar do MPS, com a seguinte Pauta: 1) balanço do Projeto do DIEESE; 2) Apresentação do módulo simplificado para o empregador doméstico – CEF



REUNIÕES PREPARATÓRIAS DA EQUIPE TÉCNICA

Segue a lista das reuniões realizadas com as equipes técnicas do DIEESE, Contag, MPS, MF, MTE, CEF, SEBRAE, REDESim, dentre outras, para a preparação das reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial (Portaria n. 491):

Secretaria Executiva do CGSIM (organização): **Reunião sobre as possibilidades e procedimentos para simplificação da GFIP, unificação das declarações sociais (RAIS, CAGED etc.) e alternativas para a conectividade social, de forma a melhor atender às necessidades do Produtor Rural na condição de segurado especial**, no dia 23/05/2011 das 14h00 às 17h00, na sala de reuniões do DNRC, situado no Setor Autarquias Sul Q. 2 Lt. 01/A 1º Andar, Brasília (DF).

Secretaria Executiva do CGSIM (organização): **Reunião sobre as possibilidades e procedimentos para simplificação da GFIP, unificação das declarações sociais (RAIS, CAGED etc.) e alternativas para a conectividade social, de forma a melhor atender às necessidades do Empreendedor Individual (EI)**, no dia 24/05/2011 das 14h00 às 17h00, na sala de reuniões do DNRC, situado no Setor Autarquias Sul Q. 2 Lt. 01/A 1º Andar, Brasília (DF). Secretaria Executiva do Comitê Gestor da REDESIM, através do e-mail secgsim@mdic.gov.br.

Secretaria Executiva do CGSIM (organização): **Reuniões (manhã e tarde) sobre as POSSIBILIDADES E PROCEDIMENTOS PARA SIMPLIFICAÇÃO DE DEMAIS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL e PRODUTOR RURAL**. Data / Horário / Local: **02/06/2011** – Ministério da Previdência Social – MPS

Secretaria Executiva do CGSIM (organização): **Reunião Institucional com vista a dar início as especificações técnicas sobre programa DUMEI – Declaração Única do Microempreendedor Individual com fito de buscar a simplificação das obrigações acessórias, de forma a melhor atender às necessidades do Empreendedor Individual**, nos dias **13 e 14 de junho de 2011, das 09h30 às 17h00**, na sala de reuniões do DNRC, situado no Setor de Autarquias Sul Q. 2 Lt. 01/A, 1º Andar, Brasília (DF). <http://www2.desenvolvimento.gov.br/cgsim/inscricao.php>.

Secretaria Executiva do CGSIM (organização). **Reunião Institucional com vista a dar início as especificações técnicas sobre simplificação das obrigações acessórias do Produtor Rural Segurado Especial, de forma a melhor atender suas necessidades, a realizar-se nos dias 15 e 16 de junho de 2011, das 09h30 às 17h00**, na sala de reuniões do SEBRAE/JCDF - Térreo, e a reunião do dia 16 na sala de reuniões do DNRC - 1º Andar, no Setor de Autarquias Sul Q. 2 Lt. 01/A, Brasília (DF). <http://www2.desenvolvimento.gov.br/cgsim/inscricao.php>.

Departamento do Regime Geral da Previdência/MPS (organização): **Reunião institucional com vista a dar continuidade às especificações técnicas sobre simplificação das obrigações acessórias do Produtor Rural Segurado Especial, de forma a melhor atender suas necessidades**, no dia **04 de julho de 2011, das 14h30 às 17h30**, no Ministério da Previdência Social, Esplanada dos Ministérios, Bloco F, na sala de reuniões do 9º andar.

Departamento do Regime Geral da Previdência/MPS (organização): **Reunião para discussão das propostas de emenda à MP 540, relativas à simplificação das declarações sociais**, no 9ª.andar do MPS, em Brasília, no dia **22 de setembro** de 2011.

Departamento do Regime Geral da Previdência/MPS (organização): **Reunião preparatória para discussão da pauta da reunião do GT Interministerial**, no dia **25 de outubro** de 2011, na sala 723 do MPS, às 16h00.

Caixa Econômica Federal (organização: Henrique Santana). **Reunião com equipe técnica da Caixa sobre o projeto de redução da informalidade do DIEESE**; unificação dos cadastros de declarações sociais (inclusive FGTS); certificado digital, formalização da mão de obra, identificação na GFIP do trabalhador para fins de pagamento do INSS presumido na construção civil. Participantes: Rosane Maia, Alexandre Ferraz, Antonio Ibarra – DIEESE, e Evandro Morello – CONTAG. Local: 14º. Andar da Matriz I, CEF, Brasília. **29.08.2012**

Caixa Econômica Federal (organização: Henrique Santana) **Reunião com o DIEESE e CONTAG (Rosane Maia e Evandro Morello) para a Caixa apresentar seu projeto de simplificação do pagamento do FGTS para empregadores domésticos e empregadores com até 5 empregados**, que foi modificado para atender a demanda do "Supersimples". Local: 14º. Andar DA Matriz I, CEF, Brasília. **13.09.2012**

Receita Federal do Brasil (organização: Sandra Marostica): **Reunião para a apresentação do leiaute da EFD-Social e da DCTF-Prev pela equipe responsável pela DCTF-Prev sobre o tratamento a ser dispensado ao segurado especial e ao produtor rural pessoa física na nova declaração**. Participantes: DIEESE e CONTAG (Rosane Maia e Evandro Morello) na Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança - Codac - Ministério da Fazenda - Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Anexo. Brasília. **25.09.2012**.

Receita Federal do Brasil (organização: Samuel Kruger): **Reunião para apresentar o módulo simplificado e escutar sugestões e críticas dos representantes dos pequenos empregadores**, no dia **18 de outubro de 2012**. Participantes: RFB, MPS, INSS, CEF, MTE, CONTAG, DIEESE, pilotos da construção civil, comércio, agricultura familiar e das cooperativas de segurados especiais da previdência, do Projeto "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social". Auditório da Delegacia da RFB - DERAT/SP Rua Luiz Coelho, 197 - Consolação – São Paulo – SP.



PUBLICAÇÕES

ARTIGO em LIVRO

100 Anos de Movimento Sindical no Brasil: balanço histórico e desafios futuros – Seminário Nacional da UGT – (ORG: Eduardo Rocha). “A informalidade e o movimento sindical” Clemente Ganz Lúcio, Marcelo Galiza e Rosane Maia. ISBN 978-85-89906-10-4. União Geral dos Trabalhadores e Fundação Armando Álvares Penteado: Editora Abaré, Brasília, DF, 2010.

Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens (ORG: Roberto Vêras; Darcilene Gomes; Ivan Targino. “A Informalidade atualizada: análise das Regiões Metropolitanas e Distrito Federal no período 1999 a 2009”, Rosane Maia e Lúcia Garcia. ISBN: 978-85-7745-835-6. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.³

A situação do Trabalho no Brasil na primeira década dos Anos 2000. Capítulo 8 “A Informalidade Urbana”. Pg. 165. DIEESE, São Paulo: 2012. <http://www.dieese.org.br/livroSituacaoTrabalhoBrasil/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>

NOTA TÉCNICA:

DIEESE – Nota Técnica n. 99 – **A Informalidade e o Movimento Sindical: uma agenda para o século XXI.** Maio de 2011. <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec99informalidade.pdf>

DIEESE – Boletim Trabalho e Construção, n 5, fev. 2011. “**O Trabalho Por Conta Própria na Construção Civil**”. http://www.dieese.org.br/esp/boletimConstrucaoCivil5_fev2011.pdf

DIEESE – Boletim Trabalho no Comércio. Ano 2, n. 4, Ago, 2009. “**A Informalidade no Comércio**” <http://www.dieese.org.br/esp/boletimTrabalhoComercio4.pdf>

³ O livro foi lançado no XII Encontro Nacional da ABET, no dia 22 de setembro de 2011, às 18:30 h, na UFPB.

DIVULGAÇÃO

Desde 2010 estão sendo introduzidas gradativamente diversas mídias e instrumentos de divulgação. Além do folder explicativo produzido pelo DIEESE e amplamente distribuído aos interessados em conhecer essa experiência inovadora, foi disponibilizado na página do DIEESE (www.dieese.org.br) o link “**Dialogar para Formalizar**”, que apresenta informações gerais do projeto, descrição de cada piloto e das atividades realizadas; parcerias firmadas; boletins eletrônicos, dentre outros dados.

<http://www.dieese.org.br/informalidade/informalidade.xml>

BOLETIM ELETRÔNICO

O Boletim Eletrônico é distribuído para toda a rede, ou seja, para os atores sociais de todos os projetos-piloto e ainda para as organizações que participam da rede nacional.

<http://www.dieese.org.br/informalidade/dinamico/67.xml>

- Ano I -Número 01 - Julho de 2010
- Ano I -Número 02 - Setembro de 2010
- Ano I -Número 03 - Dezembro de 2010
- Ano I -Número 04 - Março de 2011
- Ano II -Número 05 - Maio de 2011
- Ano II -Número 06 - Julho de 2011
- Ano II -Número 07 - Setembro de 2011
- Ano II - Número 08 - Novembro de 2011
- Ano III - Número 09 – Fevereiro de 2012
- Ano III - Número 10 – Maio de 2012
- Ano IV – Número 11 – Fevereiro de 2013

PARA FORMALIZAR

Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social

Ano III - Número 10 - Maio de 2012

NESTA EDIÇÃO

- [II Seminário- Difusão de ações coletivas para a formalização](#)
- [Reunião do piloto de confecções em Santa Cruz do Capibaribe - PE](#)
- [II Oficina do Piloto da Cajucultura](#)
- [23ª Reunião do Comitê Técnico-executivo](#)
- [Relatório da Pesquisa de Grupos Focais - Perfil dos Trabalhadores por Conta Própria do Comércio de Porto Alegre](#)
- [23º Seminário Internacional sobre Pequenos Negócios - Setores](#)

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

II Seminário- Difusão de ações coletivas para a formalização



Nos dias 29 e 30 de março foi realizado em São Paulo, o II Seminário Nacional do Projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social: Difusão de ações coletivas para a formalização, que contou com a participação de representantes de entidades governamentais, entidades parceiras (nacionais e internacionais) e entidades sindicais de trabalhadores e patronais dos pilotos: Comércio em Porto Alegre/RS, Construção Civil em Curitiba/PR, Setor Rural na Agricultura Familiar em Itaporanga/SC, Confecções no Agreste Pernambucano e Cooperativismo na Cadeia da Cajucultura/CE.

No evento, foram constituídas mesas redondas pelos atores sociais e convidados para apresentação e debates sobre as ações desenvolvidas em cada piloto desde o início da execução do projeto. Outro momento importante foi a apresentação do Professor Carlos Salas, CESIT/UNICAMP, sobre os resultados da avaliação intermediária do projeto e algumas questões voltadas ao enfrentamento da informalidade no Brasil e na América Latina.

Também colaborou com a reflexão Bruno Giometti, do Instituto Cuesta Duarte do Uruguai. A coordenação do projeto considera que o Seminário atingiu o seu objetivo de divulgar inúmeras iniciativas locais e nacionais e de reconhecer as demandas dos trabalhadores, propiciando um novo marco para as políticas de proteção social no país.

AGENDA

- 24ª Reunião do Comitê Técnico-executivo do Projeto

Data: 03 de maio, das 12h às 14h30

Local: Sede da Anfip - Brasília - DF



Boletim elaborado com o apoio do Projeto "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social"

BLOG: RETRATO INFORMAL

Adicionalmente foi criado o Blog do projeto, “**Retrato Informal**”, com o intento de estabelecer um espaço interativo para a integração entre os participantes das redes locais e nacional e aqueles que se interessarem pelo tema informalidade: <http://bloginformalidade.dieese.org.br/>



VÍDEO

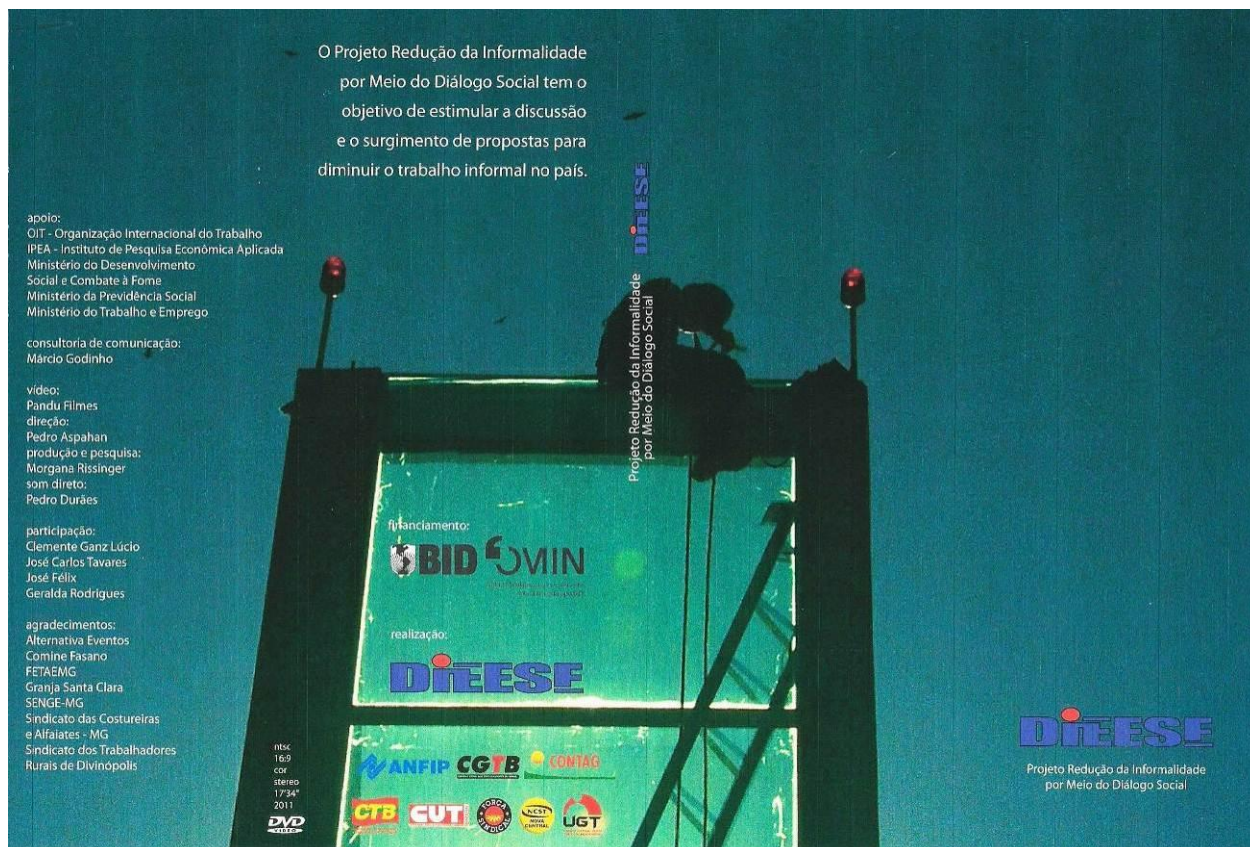
Projeto Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social

(Brasil) Documentário, 2011 - 17'
Consultoria de Comunicação: Márcio Godinho
Direção: Pedro Aspahan
Produção: Morgana Rissinger

Supervisão Técnica: Rosane Maia e Stênia Cássia Pereira - DIEESE.
Ismael Gílio – FUMIN/BID

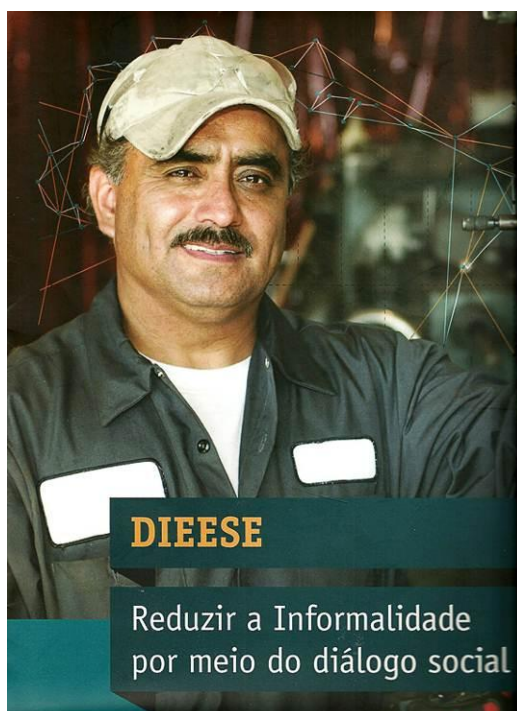
Tema: Depoimentos espontâneos de trabalhadores que relatam as experiências de trabalho informal e formal, nos setores da construção civil, confecções e rural e suas expectativas de vida.

<http://www.dieese.org.br/video/videoInformalidade.xml>



FOLDER

I FOLDER Institucional “DIEESE – Reduzir a Informalidade por meio do Diálogo Social”.



II FOLDER – DIEESE e CONTAG “O que é necessário saber sobre a Lei 11.718/08 para a Agricultura Familiar”

O que é necessário saber sobre a Lei 11.718/08 para a Agricultura Familiar:

A Lei 11.718/08 traz importantes mudanças nas regras trabalhistas e previdenciárias aplicadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem em regime de economia familiar e que possuem propriedade de até quatro módulos fiscais e não têm empregados permanentes.

PARA O AGRICULTOR FAMILIAR:

- Busca assegurar e ampliar a condição de segurado especial;
- As formas de comprovação da atividade rural são ampliadas: por exemplo, o Bloco de Notas do produtor rural ou cópia da declaração de imposto de renda com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural;
- A declaração de comprovação da atividade rural deve ser emitida por sindicato que represente o trabalhador rural;
- A contratação de empregados fica restrita aos 120 dias de trabalho por ano, corridos ou intercalados durante o ano;
- Permite que o segurado especial exerça outras atividades, inclusive urbanas, por até 120 dias durante o ano;
- Permite ao segurado especial somar o tempo de atividade rural com o tempo de contribuição urbana para fins de carência do benefício da aposentadoria por idade;
- Permite a exploração de atividade turística, inclusive com hospedagem, por até 90 dias no ano. Permite também a produção artesanal com produtos extraídos do meio rural;
- Não perde a condição de segurado especial o agricultor familiar que exercer cargo eletivo e remunerado como dirigente de cooperativa de agricultores segurados especiais. A regra também vale para o cargo eletivo de vereador, desde que continue exercendo a atividade rural;
- Não muda a idade mínima para aposentadoria do trabalhador rural segurado especial: 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens.

PARA O TRABALHADOR(A) ASSALARIADO(A) RURAL:

- A lei 11.718/08 institui o contrato de pequeno prazo para o trabalhador rural;
- Com isso, o trabalhador que realiza o serviço, o contrato de pequeno prazo

III FOLDER – DIEESE e Comitê de Incentivo à Formalidade do Paraná para a Construção Civil, distribuído em maio de 2011 nas obras e pequenas edificações do Estado.

TRABALHADOR: CONFIRA AS PRINCIPAIS VANTAGENS DE TER SUA CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA!

PROGRAMA DE INCENTIVO À FORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO

- **SALÁRIO** nunca inferior ao piso da categoria, que é negociado pelos Sindicatos da Construção Civil anualmente;
- **VALE-ALIMENTAÇÃO**, no valor ajustado anualmente pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT – documento da categoria que estabelece direitos e obrigações);
- **SEGURO DE VIDA** em Grupo, outro benefício da CCT;
- **VALE-TRANSPORTE** para deslocamento da residência ao trabalho e vice-versa, com o desconto de até 6% do salário;
- **13º SALÁRIO** com base na remuneração integral;
- **FÉRIAS REMUNERADAS** de 30 dias a cada 12 meses de trabalho com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- **FUNDO DE GARANTIA** por Tempo de Serviço (FGTS), no valor de 8% da remuneração, que é depositado mensalmente pela empresa ou empregador em uma conta bancária vinculada;
- **REMUNERAÇÃO** acrescida de 50% da hora normal, nos casos de trabalho extraordinário, ou seja, acima de 8 horas diárias e 44 horas semanais, salvo nos casos de compensação de horários;
- **REPOUSO SEMANAL** remunerado, preferencialmente aos domingos;
- **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS** concedidos pelo INSS aos empregados nos casos de doença, acidente e aposentadoria e aos dependentes nos casos de morte e prisão do empregado;
- **SEGURO-DESEMPREGO**, para trabalhadores com mais de 6 meses de carteira assinada.

CARTILHAS**I CARTILHA: Proteção Social para o Cooperativismo: como o agricultor familiar pode participar de Cooperativa?**

DIEESE e MPS

Elaboração: Piloto da Cadeia da Cajucultura no Ceará, setembro de 2012.

<http://www.dieese.org.br/informalidade/cartilhaCompletaCooperativa.pdf>



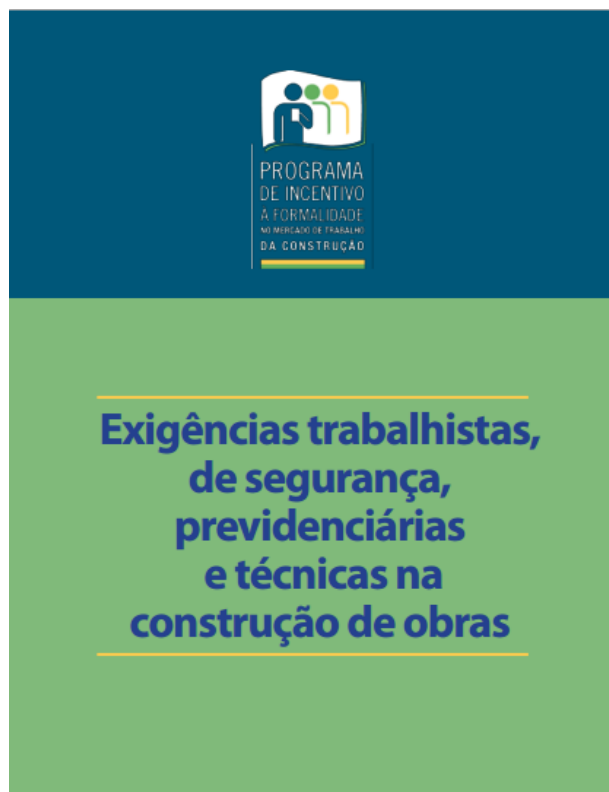
Em primeiro de agosto de 2011, em resposta ao Ofício no. 328 do DIEESE foi elaborada a NOTA TÉCNICA pela Coordenação-Geral de Legislação e Normas da Secretaria de Políticas da Previdência Social do Ministério da Previdência Social, acerca da participação de segurado especial em sociedade cooperativa. O objetivo principal foi buscar as informações necessárias para o agricultor familiares sentir-se esclarecido sobre a sua condição/classificação na categoria de segurado especial e a forma de integrar, concomitantemente, uma cooperativa de produção, sem perder os benefícios previdenciários assegurados. Diante da resposta positiva do Ministério, resolveu-se publicar uma cartilha com essas informações para ampla divulgação, em todo o País, em especial para as organizações de economia solidária. Assim, no segundo semestre de 2012, distribui-se cerca de 7.000 exemplares e depositou-se a versão digitalizada no *site* do DIEESE, conforme a seguir:

<http://www.dieese.org.br/informalidade/OficioDIEESE0001.pdf>

II Cartilha: Exigências Trabalhistas, de Segurança, Previdenciárias e Técnicas na Construção de Obras.

DIEESE e PROGRAMA DE INCENTIVO À FORMALIDADE

Elaboração: Piloto da Construção Civil - Curitiba, novembro de 2011



QUADRO RESUMO

QUADRO SINÓPTICO	
Redes: locais e nacional	Aproximadamente 750 pessoas
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê Técnico Executivo	29
Seminários Nacionais	02
Oficinas e visitas aos pilotos	26
Oficinas metodológicas	03
Entidades apoiadoras	6 Centrais Sindicais (CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST e UGT)
	3 Ministérios (MPS; MTE e MDS)
	Outras: BID; FBB; ANFIP; CONTAG; IPEA; OIT; SEBRAE; UNISOL.
Equipe do DIEESE com participação integral e parcial	23 Coordenadores nacionais e locais; Supervisores Regionais, Área administrativa, Comunicação e Tecnologia da Informação
Eventos internacionais	04 (Curso da OIT em Turim, 2010; Fórum Social Mundial, POA, edições 2010 e 2012; Las Políticas Socio-laborales de América Latina, Buenos Aires, 2011).
Registros de processos de formalização nos Pilotos	8416 processos de formalização (68% acima da Meta = 5000)

EQUIPE DO DIEESE

COORDENAÇÃO NACIONAL:

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Rosane Maia – Coordenadora Geral do Programa
Natali Machado Souza – Assistente de Coordenação
Stênia Cássia Pereira – Assistente de Coordenação (fev-2010 a jun-2012)

Piloto no Comércio em Porto Alegre/ RS:

Ricardo Franzoi – Supervisor do ER/RS
Daniela Sandi – Coordenadora Local

Pilotos no Setor Rural: em Ituporanga/ SC, Morrinhos/GO, Pacajus/CE e Uruguaiana/RS:

José Álvaro Cardoso – Supervisor do ER/SC
Leila Britto – Supervisora ER/GO
Reginaldo de Aguiar Silva – ER/CE
Ricardo Franzoi – ER/RS
Júnior Dias – Coordenador Local (Subseção na CONTAG)

Piloto de Confecções no Agreste de Pernambuco:

Jackeline Natal – Supervisora do ER/PE
Milena Prado – Coordenadora Local

Piloto na Construção Civil em Curitiba:

Cid Cordeiro Silva – Supervisor do ER/PR
Lenina Formaggi – Coordenadora Local

Piloto na Cadeia da Construção em Salvador:

Ana Georgina Dias – Supervisora do ER/BA
Cristiane Garrido – Coordenadora Local

Piloto em Bares e Restaurantes em Natal:

Melquizedec Silva – Supervisor do ER/RN
Paulo Alexandre de Moraes – Coordenador Local

ESCRITÓRIO NACIONAL:

Rosana Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Sirlei Márcia de Oliveira – Secretária de Projetos (2009 - 2011)
Patrícia Lino Costa – Secretária de Projetos
Geni Marques – Coordenadora de Comunicação
Celi Audi – Supervisora de TI
Maryon Nastari Dias – Assistente de Coordenação